Intervenção Psicopedagógica no Processo de Inclusão na Educação Infantil

Cleide Rosália Fernandes Nichele

RESUMO

O presente trabalho pretende analisar e relatar as informações sobre a inclusão de crianças com algum tipo de deficiência, seja física ou psíquica, na educação infantil, visando o papel que a escola inclusiva deve assumir no processo de inclusão escolar. A Educação Inclusiva é, sem dúvida, um dos maiores desafios da sociedade. Como se deu o processo histórico deste movimento, o que a legislação nos oferece, e como se dá o processo de intervenção psicopedagógica através do lúdico pelos profissionais da educação infantil, são as partes principais que compõe este trabalho. O estudo está orientado para a repercussão dessas condições que implicam a não existência de um território comum, com consequências para a explicitação de ideias e o diálogo autêntico, principalmente porque escola/professores estão despreparados para atender a essa clientela. O referencial teórico tem embasamento nas definições e importância da escola como instituição mediadora de conhecimento e aprendizagem junto à família buscando harmonia com a visão de mundo integradora. Diante disso fica claro uma abordagem mais sucinta e esclarecedora sobre o termo inclusão na educação infantil, sendo um espaço de aprendizagem para todos.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Criança; Lúdico; Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem por objetivo refletir sobre a complexidade da problemática da aceitação da diversidade, exclusão e inclusão de pessoas com deficiência de qualquer natureza, e problematizar, levantar questões acerca dos limites e possibilidades a respeito da proposta da inclusão dentro da escola que tanto pode excluir quanto incluir. Esta discussão é importante para que possamos compreender os limites e possibilidades da proposta da inclusão para as pessoas com deficiência intelectual ou física dentro de uma escola de educação infantil e, a partir disso, construir práticas e políticas de inclusão que de fato sejam bem-sucedidas.

A meta desta pesquisa é conhecer como se entrelaçam as diferentes maneiras de enxergar e combinar possibilidades de intervenção psicopedagógicas e educativas no processo de inclusão do deficiente e entender em que medida ocorre ou não a efetivação das novas diretrizes do ensino básico brasileiro.

A pesquisa visa compreender, particularmente, o que pode determinar ou dificultar que os professores incorporem práticas inclusivas. Emerge de vários questionamentos sobre o que fazer? E como fazer? Nessa perspectiva o educador é levado a questionar-se sobre saberes necessários para trabalhar com crianças deficientes considerando que não dispôs de formação para tal "desafio".

Pretende-se desenvolver nesse trabalho um estudo a respeito das diferentes dificuldades apresentadas pelos professores quando trabalham em uma sala de aula da educação infantil e é inserido na turma um aluno com deficiência, seja ela física ou psíquica e que são discutidas em pesquisas e estudos sobre esse tema.

Em minha experiência em sala de aula como professora de educação infantil, me deparei com alunos de necessidades educacionais especiais e muitas vezes não sabemos o que fazer e como trabalhar com esses alunos, devido a despreparação, muitas vezes acaba sendo excluído. A inclusão surge sempre à ideia de inserção de algo ou alguém novo ou diferente, a um processo de andamento. E não se deve esquecer que a inclusão de deficientes é um direito garantido a todos.

A inclusão para as pessoas com deficiência intelectual dentro de uma escola regular tem em seu cerne a construção de práticas e políticas que de fato sejam bem-sucedidas. Dentre essas políticas ganha-se destaque, ações nos âmbitos educacionais. A perspectiva da construção de políticas públicas de inclusão educacional significa escolas para todos em que os alunos, independentemente de suas características, tenham condições de acesso, como previsto na legislação.

Vivemos em uma sociedade marcada pela padronização das pessoas, sociedade esta que o ter significa muito mais, onde os valores morais estão sendo cada vez mais corrompidos e desvalorizados, pela rejeição daqueles que consideramos diferentes. Ao professor cabe o difícil papel de inventar e reinventar, criar suas próprias experiências, ter autonomia suficiente para aplicá-la e permitir que cada educando tenha ação própria. Piaget afirma que:

> "Fazer é compreender em ação uma dada situação em grau suficiente para atingir os fins propostos e, compreender é conseguir dominar, em pensamento, por outro, utilizadas na ação". (PIAGET, 1970, p.176)

Diante de tal situação e vivências particulares sobre o tema inclusão o qual faz meu sangue vibrar não só de alegria, mas também de tristeza por ter consciência de sua não efetividade cotidianamente, talvez pela novidade, tanto para a escola como para sociedade há muito para se discutir no sentido de uma inclusão plena.

Provocar discussões sobre esse assunto significa munir cada vez mais a sociedade para o caminho da ética, da moral e da responsabilidade como ser humano em seu mais profundo existir na luta pela libertação das amarras e do descaso e do desrespeito.

Trago, no entanto inquietações políticas, econômicas, sociais, culturais e pedagógicas, pois vertentes como estas não podem ser tratadas separadamente e principalmente individualizadas. Sabe- se que até hoje crianças com deficiência intelectual ou qualquer outra, enfrentam várias dificuldades ao ingressar na educação infantil, devido à rejeição das escolas e de seus profissionais.

A metodologia utilizada para o trabalho foi leitura, reflexão e ainda algumas pesquisas teóricas em minhas experiências vivenciadas sobre a inclusão de deficientes na educação infantil. Para realizar meus estudos esta pesquisa foi baseada na análise da bibliografia para obter as informações de que necessitava, realizei algumas pesquisas na Internet, li artigos em revistas especializadas em educação, além de consultar literaturas de autores que abordam sobre o tema.

Este trabalho está organizado em quatro momentos distintos e interligado entre si. No primeiro, contextualizam-se os aspectos históricos da inclusão e apresenta-se de forma sucinta o processo de inclusão de alunos com deficiências e algumas considerações na busca da melhoria nesse processo. No segundo capítulo os aspectos legais da inclusão de como vem se dando com o amparo das leis, não como um favor, mas como obrigação a ser cumprida e respeitada, pois a inclusão não é favor que se faz a estes alunos. A Educação Inclusiva preconiza o acesso e permanência dos alunos com deficiência nas escolas, por intermédio da matrícula em classes regulares de ensino, ao mesmo tempo em que propõe a reestruturação do sistema educacional para atender à diversidade de aprendizagem dos alunos com deficiência. No terceiro e ultimo capítulo vamos falar sobre as intervenções psicopedagógicas que auxiliam o processo de inclusão das crianças pequenas na educação infantil de forma lúdica, através do brincar. A atividade lúdica como instrumento de investigação e intervenção permite ao educando expressar-se livre e prazerosamente. Nesse contexto as atividades lúdicas são utilizadas, pois, fazem com que as crianças revelem aspectos que não aparecem em situações mais formais. Portanto, o estudo deste capítulo, mostra a importância do lúdico na intervenção psicopedagógica, e como contribuírem para o aprendizado e o desenvolvimento integral do educando.

E finalmente é apresentada a conclusão da pesquisa. A escolha do tema desta monografia, que tem como objeto de pesquisa a educação Inclusiva, surgiu por uma trajetória pessoal e profissional e pela necessidade de aprofundar estudos e pesquisas. Por essa razão, a presente pesquisa tem por objetivo geral: investigar a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais na educação infantil.

CAPITULO I

Neste primeiro capítulo apresentaremos de forma sucinta o que significa inclusão escolar e o processo de como se deu o início dos trabalhos registrados sobre a inclusão de crianças com algum tipo de deficiência no espaço escolar em nosso país.

1.1. INCLUSÃO ESCOLAR: UM BREVE HISTÓRICO

A inclusão escolar é um movimento mundial de luta das pessoas com deficiências e seus familiares na busca dos seus direitos e lugar na sociedade e não deve ser confundida com assistencialismo ou caridade. O motivo que sustenta a luta pela inclusão como uma nova perspectiva para as pessoas com deficiência é, sem dúvida, a qualidade de ensino nas escolas públicas e privadas, de modo que se tornem aptas para responder às necessidades de cada um de seus alunos, de acordo com suas especificidades, sem cair nas teias da educação especial e suas modalidades de exclusão, para tanto deve estar fundamentada com a concepção social, pessoal, cultural, filosófica, política e econômica.

Para Sassaki (1997, p.42) inclusão é:

> "Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papeis na sociedade. (...) Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da via."

Tem sido prática comum deliberar e discutir acerca da inclusão de pessoas com algum tipo de deficiência: mencionando direitos inerentes a uma deficiência específica, abrangendo todos os direitos de forma generalizada, embrulhando-os, sem maiores cuidados em mostrar detalhadamente estes.

Incluir não é apenas a permissão do convívio daquele que julgamos diferente, incluir é muito mais que integrar, é fazer parte de, é estar com. Contudo a inclusão coloca inúmeros questionamentos aos professores e técnicos que atuam nessa área. Por isso é necessário avaliar a realidade e as controvertidas posições e opiniões sobre o termo.

A inclusão trouxe a necessidade de repensar a educação e a instituição escolar, principalmente pelas dificuldades enfrentadas pelos docentes. Por isso, traz consigo mudan-

ças na forma de ver, pensar e fazer a educação escolar e a docência. Ela surge como um estímulo para se pensar a educação a partir da inadequação de um sistema escolar tradicional no qual é o aluno que necessita adaptar-se a escola, e esta por sua vez esquiva-se de possíveis mudanças. É também a oportunidade de rever e repensar práticas escolares desestimulantes procurando torná-las mais atraentes, inovadoras e dinâmicas. (Dal Forno e Oliveira, 2004)

A inclusão é um processo bastante complexo que requer uma adaptação social ampla, pois envolve a família, a escola, a sociedade e o indivíduo a ser incluído. A primeira inclusão a ser feita é no meio social representado pela família depois a escola.

É necessário mudar o prisma pelo qual são observados os direitos já ordenados e os que precisam ser acrescentados, substituindo totalmente o paradigma que até então é utilizado, até mesmo inconscientemente, em debates e deliberações.

A inclusão social, é um processo para a construção de um novo tipo de sociedade, através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios mobiliário e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, e, portanto, também do próprio portador de necessidades especiais.

Com a ideia de que a escola deve buscar as diferenças e que as mesmas não podem ser vistas como obstáculos para o cumprimento da ação educativa (Britto, 1999)

A inclusão é uma ação que combate a exclusão social, geralmente ligada a pessoas de classe social, nível educacional, portadoras de deficiência física e mental, idosas ou minorias raciais entre outras que não tem acesso a várias oportunidades, ou seja, incluir é também oferecer às mais necessitadas oportunidades de participarem da distribuição de renda do País, dentro de um sistema que beneficie a todos e não somente uma camada da sociedade.

As classes regulares representam para a inclusão um avanço histórico em relação aos movimentos de integração, que pressupunha alguns tipos de treinamentos do deficiente para permitir sua participação no processo educativo comum. Para que a integração de deficientes ocorra, se faz necessário que realize nos âmbitos políticos, cultural e social.

Nas últimas décadas as escolas vêm se deparando com uma desafiadora questão, a de incluir as pessoas com necessidades educacionais nas salas da rede regular.

Se adentrarmos na história, até o século XVI tamanha era a injustiça feita com os que apresentavam deficiência, pois não existia preocupação da sociedade em oferecer atendimento a essas pessoas.

No século XIX, foram criadas nos Estados Unidos, instituições e escolas que tinham por objetivo auxiliar ou reabilitar pessoas deficientes e a partir daí estas escolas tornaram-se locais populares para a assistência e educação de tais indivíduos.

Em meados do século XX, o conceito "*deficiente*" passou a ser entendido como "*problemas de desenvolvimento*", ou seja, suas causas eram orgânicas e havia diferentes categorias, de distúrbios, porém, as crianças que possuíam tais distúrbios eram consideradas com poucas "*chances de mudanças*".

Sendo assim, surgiram as escolas de educação especial, porém as mudanças mais importantes ocorrem nas décadas de 1940 e 1950, com questionamentos sobre a fundação legal e impossibilidade de se curar os distúrbios, com grandes influências sociais e culturais.

> "Os objetivos da Educação Especial destinada às crianças com deficiências mentais, sensoriais, motoras ou afetivas são muito similares aos da educação geral, quer dizer: possibilitar ao máximo o desenvolvimento individual das aptidões intelectuais, escolares e sociais. " (UNESCO, 1968, p. 12).

Em 1970, o número de alunos com necessidades educacionais especiais triplicou nas escolas públicas e entre os anos 1960 e 1970, a quantidade de crianças deficientes que recebiam serviços de educação especializada aumentou em torno de seis vezes mais, a contar do ano de 1948 a 1974 nos Estados Unidos. Essas crescentes preocupações com a educação especializada tem sido uns dos principais acontecimentos educacionais da década de 1970.

No início do século XXI é que o conceito de inclusão escolar ganhou força, surgindo uma nova etapa que revolucionou a visão de uma educação especial, no Brasil. A Legislação passa a garantir direitos básicos a educação e trabalho, que determinou o aumento e participação das pessoas com deficiência nos espaços sociais.

A inclusão social orientou a elaboração de políticas e leis na criação de programas e serviços voltados ao atendimento das necessidades especiais de deficientes nos últimos 50 anos. Este parâmetro consiste em criar mecanismos que adaptem os deficientes aos sistemas sociais comuns e, em caso de incapacidade por parte de alguns deles, criar-lhes sistemas especiais separados.

As escolas apresentam resistência e dificuldades perante a inclusão, principalmente quando é inserido um aluno com deficiência. Alunos com necessidades especiais são aqueles que, por alguma espécie de limitação requerem certas modificações ou adaptações em programa educacional, a fim de que possam atingir seu potencial máximo. Em sua visão holística inclusive predial podem decorrer de problemas visuais, auditivos, mentais ou motores, bem como de condições ambientais desfavoráveis.

A autonomia e a independência são prismas que devem fazer parte das decisões de todos os seres humanos, nos âmbitos das influências (relações) e da satisfação.

Filosoficamente todos têm direitos as mesmas oportunidades, e devem estar ligada a princípios como: aceitação das diferenças individuais, valorização, respeito a diversidade, aprendizagem através da cooperação. Um processo que contribui para a construção de uma sociedade, sendo capaz de transformar os ambientes físicos nos procedimentos técnicos, e pedagógicos nas ações e mentalidade das pessoas.

É necessária a preparação das escolas para receber estas crianças e garantir sua permanência (UNICEF, 2002)

Na educação inclusiva a participação da família é fundamental, para acompanhar o desenvolvimento, desempenho no processo de inclusão, para que a escola possa desenvolver com eficiência seu papel. Para isso é de suma importância formar parcerias com a família na construção de atitudes que beneficiem o processo de ensino-aprendizagem.

> "(...) a família é fundamental, pois participando das decisões sobre o ensino e a educação através de conselhos, associações de pais e mestre etc. A família pode exigir seus direitos a educação que respeite suas características sociais e culturais". (UNICEF, 2002)

A cooperação, a convivência a troca de sentimentos pode ajudar a todos envolvidos neste processo de inclusão. Este princípio assegura a oportunidade de aprendizagens múltiplas reduzindo os estigmas dos inclusos que se diz respeito às deficiências.

A educação inclusiva tem como princípio a valorização da diversidade, dentro da sociedade, e quando abraçamos essa causa, deixamos de lado a ideia que só a criança "normal", sem deficiência contribui para a sociedade.

As escolas devem acolher todos os alunos independentes de suas condições intelectuais, sociais, emocionais ou outras. O desafio proposto para uma escola inclusiva é o de desenvolver do ponto de vista pedagógico, um currículo que contemple a necessidade do educando, sendo capaz de educar com sucesso todos que nela está inserido.

A escola está inserida na sociedade e na inclusão social, a educação não é privilégio, mas um direito universal, e tanto o acesso quanto a permanência no sistema educacional constituem dever e direito obrigatório, garantindo acesso no ensino regular e oportunidades para todos.

Na educação escolar a inclusão veio indicar transformações profundas ao sistema organizacional e as propostas curriculares vigentes. A meta de a inclusão escolar objetiva transformar as escolas, de modo que se tornem espaços de formação e de ensino de qualidade para todos. (Mantoan, 2002)

Tem em seu bojo uma educação fundamentada na filosofia inclusiva e deve enfrentar o desafio que garanti o acesso aos conteúdos básicos que a escolarização deve proporcionar a todos os indivíduos.

Assim incluir, significa mais do que dar oportunidade apenas para crianças portadoras de necessidades especiais conviverem com outras crianças em uma sala de aula. A inclusão na educação é uma mudança de postura (Mantoan, 2002)

Ao adotar uma postura inclusiva, que exige ética, respeito, dedicação além de muita pesquisa, pode se verificar a necessidade de reestruturação dos sistemas de ensino brasileiro que devem se organizar para dar respostas às necessidades educacionais de todos educandos.

Na década de 90 todos esses princípios são reforçados e explicitados, com maior clareza, nos textos subsequentes, inspirados em documentos internacionais como a proposta de Educação para Todos Jomtien - Tailândia em 1990 e a Declaração de Salamanca - Espanha, 1994. Nessa conferência, foi elaborado o documento "Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais", que "inspirada na igualdade de valor entre as pessoas, propõe ações a serem assumidas pelos governos em atenção às diferenças individuais" (Carvalho, 1998, p. 146).

De acordo com a Declaração de Salamanca (Brasil, 1994), o conceito de inclusão é um desafio para a educação, uma vez que estabelece que o direito à educação seja para todos e não só para aqueles que apresentam necessidades educacionais especiais, como podemos observar no trecho abaixo: as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas. (Salamanca, 1994). A Declaração de Salamanca defende a ideia de que todos os alunos, sempre que possível, devem aprender juntos, independentemente de suas capacidades. Ao mesmo tempo, ela apontava a escolarização de crianças em escolas especiais, nos casos em que a educação regular não pode satisfazer às necessidades educativas ou sociais do aluno. No entanto a Declaração de Salamanca trouxe um avanço importante ao chamar atenção dos governantes para a necessidade de aplicar todo o investimento possível para o redimensionamento das escolas, para que possam atender, com qualidade, a todas as crianças, a despeito de suas dife-

renças e /ou dificuldades. Não podemos ser ingênuos a ponto de julgar que a inclusão é um processo fácil e que uma mudança significativa nas possibilidades educacionais das pessoas que apresentam deficiência já está se dando, como afirmam os documentos oficiais (Ferreira e Ferreira, 2004 apud Oliviera e Miranda, 2006).

Numa sociedade democrática todas as pessoas devem ser consideradas cidadãs, e, portanto, necessitam de uma vida com qualidade, sem exclusões, sob qualquer pretexto. Para isso são necessárias além de garantias legais, condições para que portadores de necessidades especiais possam usufruir os direitos a eles assegurados, para isso, é preciso identificar e dimensionar pontos de mudanças para alcance da qualidade de vida esperada por todos. (Mazotta, 1996).

CAPITULO II

Neste capítulo apresentaremos um apanhado geral sobre a legislação brasileira no que se diz respeito a inclusão escolar de crianças pequenas, pois nesta etapa, considremos que a perspectiva de mudanças histórico cultural sejam significativas para crianças de 0 a 6 anos. É neste contexto que o capítulo focará seu estudo no âmbito legal do assunto.

2.1. O QUE DIZ A LEGISLAÇÃO

A Legislação Brasileira ampara o processo da inclusão na educação infantil de forma a se embasar numa trajetória que diariamente construímos juntos. Para tanto, é interessante fazer uma retrospectiva desta caminhada em torno do amparo legal.

Antes do século XX o sistema de educação no Brasil não contemplava o processo de inclusão, ao contrário, foi um período caracterizado pela exclusão. Mais tarde, surgiram as classes especiais localizadas em poucas instituições de ensino, onde só havia espaço para a segregação das crianças especiais.

A partir da década de 50, as escolas especiais começam a surgir e posteriormente, classes especiais em todas as escolas regulares de ensino. Já na década de 70, as crianças puderam frequentar as salas regulares, porém ainda sem qualquer tipo de adaptação necessária ao atendimento especializado destas.

É relevante destacar que o Brasil tem uma importante legislação que contempla tal assunto e que merece ser apreciada. A Constituição Federal de 1988 estabelece, no artigo 208, III, que é dever do Estado garantir o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. Essa lei é reforçada e amparada por leis posteriores: Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e Decreto n° 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Com o incentivo das Nações Unidas, na década de 90, passa-se a discutir com maior ênfase, a importância da inclusão educacional propriamente dita através das adaptações necessárias.

Este movimento mundial em torno teve como pontapé inicial a Conferência Mundial de Educação para todos na Tailândia em 1990, sendo implementando e complementado na Espanha, em 1994, por meio da Declaração de Salamanca.

A Declaração de Salamanca é o texto mais completo sobre Inclusão Educacional e o nosso país é signatário. Este apresenta uma estrutura de ação em Educação Inclusiva que define as linhas de ação a serem desenvolvidas enfatizando a Educação Infantil no processo. Determina ainda a reformulação das instituições educacionais em Escola para Todos, que têm como princípio orientador a inclusão de todo aluno, em seu contexto educacional e comunitário.

Atendendo a Declaração de Salamanca, a Educação Infantil deve ser implementada com uma Pedagogia voltada para a diversidade e necessidade específicas das crianças que apresentam necessidades especiais em diferentes contextos, não se esquecendo de beneficiar a todos de forma igualitária.

A partir deste movimento a Inclusão Educacional tornou-se cada vez mais necessária e por isso, a implantação de políticas no segmento da Educação Infantil para alcançar tal objetivo, tornou-se ainda mais urgente, na qual se baseava em três vertentes: garantir o acesso e a permanência, com êxito, das crianças com necessidade especiais na Educação Infantil da rede regular de ensino; organizar e redimensionar os programas de estimulação precoce e das classes pré-escolares pertencentes às Instituições de educação especial; apoiar o processo de transição dos alunos atendidos anteriormente nos centros de educação especial para a rede regular de ensino, por meio de ações integradas de apoio à inclusão.

Sendo assim, é possível observar que implementações importantes foram feitas ao longo da história da Educação Inclusiva Brasileira e que mesmo assim registrou-se uma tímida evolução.

O modelo escolar antigo possuía uma visão assistencialista na Educação Infantil, rompendo com este e buscando atender as crianças que apresentam necessidades especiais com a Inclusão efetiva, conseguiremos alcançar o desenvolvimento de todas as crianças, considerando-a autônoma e capaz no ambiente em que está imersa.

Portanto a Inclusão de crianças que apresentam necessidades especiais na Educação Infantil segue as definições da Constituição no que diz respeito à importância que devemos dar a vivência destas com as demais crianças no intuito de favorecer seu desenvolvimento. O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças

devem aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter, e isso são o que concebe o princípio básico de toda Legislação Brasileira.

Atualmente, na legislação educacional (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Educação Infantil é definida como a primeira fase da educação básica, que para os leigos no assunto, significa um período de brincar, de desfrutar do lúdico sem cobranças, para outros com mais conhecimento, a criança é vista como um sujeito ativo na construção do seu conhecimento e da sua cidadania.

Todo professor precisa conhecer a política educacional que orienta as ações no campo da educação inclusiva para que possam trabalhar de acordo com o que é legal e sabendo que está agindo amparado por pesquisas, análises e procedimentos indicados corretamente. Estes podem ser facilmente encontradas no Plano Decenal de Educação para Todos (1993 – 2003), as metas são definidas no Plano Nacional de Educação (2001) e as orientações, nas Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (2001) e no documento Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – Estratégias e Orientações para a Educação de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais (MEC, 2001). Daí a importância ainda maior, de insistir em saber em que se baseia a inclusão das crianças que apresentam necessidades especiais na classe regular de ensino desde a primeira infância.

Ao longo da história o conceito de deficiência que foi sendo construído, certamente o foi na perspectiva de atender aos interesses daqueles que se apresentavam como eficientes. Isto não quer dizer que as diversas deficiências em si, não tiveram existência concreta. O que se pode constatar, é que o tratamento destas questões, durante o longo processo que a humanidade realizou em direção a maior humanização, poucas vezes privilegiou o atendimento a estas dificuldades apresentadas pelo corpo.

Na sociedade em que vivemos poucas vezes, o homem foi visto como ser social, mas sim como ser físico, o que na maioria das vezes fazia a criança que apresenta necessidade especial ser isolada, pois de nada significava para a sociedade que estava inserida.

No âmbito da Educação Infantil, o panorama não era diferente, se a criança dotada de suas faculdades físicas e mentais perfeitas não era aceita como seres integrantes da sociedade educativa, imagine a criança que apresentava necessidades especiais. É necessário lembrar que a Educação Infantil é uma etapa privilegiada para o avanço em direção aos objetivos da educação inclusiva e a infância é o melhor momento para se oportunizar a aprendizagem das diferenças, envolvendo-se também neste processo, pais, professores e sociedade em geral. Diante disso, as vantagens não são só oferecidas a estas crianças e suas famílias, mas a todos os envolvidos, inclusive a sociedade a qual pertence. Todos aprendem juntos através da interação mútua e solidária.

A Educação Infantil é um indispensável percurso a ser traçado pelas crianças em faixa etária adequada a este segmento por se tratar da mais interessante forma de socialização e escolarização que antecede o Ensino Fundamental. Desta forma, registra-se a sua importância diante da inserção das crianças nestes espaços coletivos de cuidado e educação. Para tanto, é interessante dizer que a inclusão se torna cada vez mais necessária no sentido que a Educação Infantil, como 1ª etapa da Educação Básica, apresenta tantas oportunidades que favorecerão o desenvolvimento integral infantil.

Uma instituição educacional que acredita na inclusão deve ter o compromisso de proporcionar situações na rotina da escola que envolva o respeito, amor, cidadania, cuidar de si e do outro, aceitação, companheirismo e todos os valores necessários na formação de um cidadão. Mas, como destaque, devemos conhecer esta criança, suas particularidades param então, incluí-la com uma intencionalidade educacional.

A definição básica da criança que apresenta necessidade especial consiste em que esta apresenta uma necessidade especial na aprendizagem, podendo ser decorrente ou não de causa orgânica, ou ainda, ser resultado de um talento muito superior à média dos colegas das classes regulares de ensino. De forma legal, esta criança é aquela que apresenta “significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrentes de fatores inatos ou adquiridos, de caráter temporário ou permanente”, (Política Nacional de Educação Especial).

Portanto, a comunidade escolar precisa conhecer, antes de qualquer coisa, quem são as crianças que apresentam necessidades especiais, para então melhor entender a relevância do processo. Para isso, é necessário fazer o diagnóstico educacional que consiste em utilizar recursos e procedimentos técnicos por profissionais que compões uma equipe multidisciplinar que avaliarão as crianças e destacarão as características de suas necessidades especiais, bem como poderão elencar causas e consequências destas de forma segura e que serão úteis para o desenvolvimento do trabalho na sala de aula inclusiva.

Sabe-se que podemos encontrar no Brasil diversas formas de se efetivar a inclusão educacional e que as adaptações são muitas, mas é ainda um problema regional, já que vivemos em um país com uma desigualdade social muito evidente e que de forma direta, atinge também as escolas. Diante disso, a partir dos diagnósticos educacionais realizados e das escolas e da realidade de cada instituição, pode ser sugerida a organização do Ensino Itinerante (professor especializado visita escolas diferentes orientando os demais professores e também alguns alunos) e da Sala

de Recursos (sala que conta com material e equipamentos especiais, utilizados por professor especializado que orienta os alunos a utilizá-los na construção do conhecimento). Tais propostas são apenas algumas daquelas que podemos inserir no dia a dia da escola inclusiva.

Outro recurso muito interessante e de grande valia, principalmente para as crianças menores é a Estimulação Precoce que tem como princípio básico a intervenção de uma equipe multidisciplinar no sentido de incentivar o desenvolvimento global da criança através das vivências, estratégias que enfocam os aspectos físico, sensório-perceptivo, motor, sócio-afetivo, cognitivo e da linguagem. A construção de um ambiente inclusivo pressupõe a articulação de um coletivo de educadores e funcionários da escola de Educação Infantil, estendendo-se também às crianças, aos pais e à sociedade. O compromisso com uma moral voltada à construção de uma sociedade mais humana, em que as diferenças possam existir, deve refletir-se em ações concretas.

Uma escola de Educação Infantil pautada na inclusão e que permita a convivência da comunidade, essa consciência da diversidade, possibilitará um preparo para a cidadania e um desenvolvimento humano muito maior para todas estas crianças, proporcionando a elas a garantia do cumprimento das leis vigentes, bem como do desenvolvimento integral da criança e consequentemente da conquista de um futuro mais justo nos diversos segmentos da sociedade a que pertence. O professor precisa estar atento.

Como dito anteriormente, a Educação Infantil enfrenta atualmente um grande desafio: a inclusão em creches e pré-escolas e esta realidade trazem ao professor muitos sentimentos que envolvem receio, ansiedade, insegurança. Mas é necessário lembrar que tudo que é novo traz o medo, portanto conhecer o novo, implementá-lo, criar suas próprias receitas proporcionarão o sucesso deste processo.

Conhecendo melhor as peculiaridades de cada uma destas necessidades especiais são possíveis identificar a significância da luta pela inclusão que visa a inserção destas crianças na escola regular de ensino desde a Educação Infantil, tentando assim assegurar a elas melhores condições de vida e de crescimento, tendo em vista que suas limitações podem ser superadas, embora precisem de auxílio constante da escola, da família, da sociedade tão quanto antes for possível.

Infelizmente a inclusão de crianças que apresentam necessidades especiais ainda não é totalmente realizada na maioria das creches e pré-escolas brasileiras por falta de informação e de interesse das famílias, educadores, instituições educacionais e poder público. Milhares de crianças ainda são privadas de frequentarem uma classe regular de ensino e, portanto, lhes são negados os direitos de conhecerem o conhecimento, partilharem amizades e desenvolverem o pensamento do coletivo de forma democrática.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – Volume II, p. 13:

> " o ingresso na instituição de educação infantil pode alargar o universo inicial das crianças, em vista da possibilidade de conviverem com outras crianças e com adultos de origens e hábitos culturais diversos, de aprender novas brincadeiras, de adquirir conhecimentos sobre realidades distantes."

Para a criança que apresenta necessidades especiais, este ingresso pode significar a vitória sobre a segregação, pois estando em contato com crianças "normais", ela aprende o que vivencia e se torna parte fundamental deste mundo, no qual tudo parece desconhecido, mas também do qual necessariamente fará parte.

O RCNEI – Estratégias e orientações para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais definem que o paradigma anterior que propunha uma visão assistencialista, de educação preparatória deve ser rompido e precisamos enxergar a criança como pessoa autônoma, inserida num contexto sócio, histórico e cultural. Nesse contexto, prioriza-se a valorização da dimensão humana, da criança cidadã com seus direitos fundamentais e deveres garantidos, desde seus primeiros anos de vida.

Com a inclusão, a escola de Educação Infantil passa a ser um lugar comum em que se respeitam os alunos de acordo com suas individualidades e em que se torna um ambiente justo, onde estas crianças que apresentam necessidades especiais não serão mais categorizadas a qualquer pretexto. Mesmo que as crianças incluídas não consigam aprender os conteúdos previstos, que são também muito importantes, mas não podem ser o único objetivo da escola, há que se dar a estas crianças o direito à convivência na escola, entendida como espaço privilegiado da formação global. Uma pessoa em tais condições precisa inquestionavelmente dessa convivência. Além disso, os conteúdos que não aprender numa escola que lhe proporcione um ambiente desafiador e que adote métodos de ensino adequados à diversidade, provavelmente não irá também aprender num ambiente segregado.

Na pedagogia da Educação Infantil, as crianças e as interações que estabelecem entre si e com os outros são o ponto de partida para a construção e reconstrução de uma cultura que está viva, é dinâmica, na qual o "corpo e movimento", seus sentidos e significados são vistos e vividos como características especificamente humanas. Diante disso, podemos imaginar como se sente as crianças PNEE em contato com o mundo real da qual fazem parte, aprendendo a transpor as limitações e construindo um mundo adaptável a estas.

É importante também que recebam estímulos adequados para garantir a construção de sua autoconfiança e autoestima, possibilitando às crianças estarem seguras para dar conta de suas necessidades especiais ou não, e

as questões inerentes do seu próprio desenvolvimento. A criança aprende por imitação, portanto elas aprenderão aquilo que lhe for proposto a partir do contato com a escola inclusiva. Quando se fala em benefícios que a inclusão traz, o primeiro pensamento que surge é o de que as crianças que apresentam necessidades especiais têm mais chances de se desenvolver integralmente. Esse senso de responsabilidade pelo bem-estar do outro é um exercício constante nas escolas inclusivas.

É preciso que tenham o direito de serem diferentes quando a igualdade os descaracteriza e o direito de serem iguais quando a diferença os inferioriza. Não há como agir com a criança pequena, sem considerar suas vontades, suas necessidades, seus medos, seus sentimentos. As mudanças substanciais em geral despertam ansiedade, daí a importância de um trabalho consciente e responsável da inclusão ainda na Educação Infantil. O sucesso da aprendizagem está em explorar talentos, atualizar possibilidades, desenvolver predisposições naturais de cada aluno. As dificuldades e limitações são reconhecidas, mas não conduzem nem restringem o processo de ensino, como comumente se deixa que aconteça.

Entre os benefícios que os alunos das escolas inclusivas, desde a Educação Infantil, comumente relatam estão a descoberta de pontos em comum com pessoas que superficialmente parecem e agem de maneira muito diferente; ter orgulho em ajudar alguém a conseguir ganhos importantes aparentemente impossíveis; ter oportunidades para cuidar de outras pessoas; agir consistentemente baseados em valores importantes, como a promoção da igualdade, a superação da segregação ou a defesa de alguém que é tratado injustamente, etc.

As amizades conquistadas ao longo dos encontros na escola inclusiva, estão de fato no cerne de que todos precisamos uns dos outros. São nossas amizades que nos permitem ser membros ativos e protegidos da comunidade. As amizades ajudam as crianças que apresentam necessidades especiais a garantir que fazem parte da comunidade – em vez de apenas estar na comunidade – é uma realidade para todos, que pode ser construída a Educação Infantil, no ato da inclusão escolar.

As creches e escolas de Educação Infantil, dentro de sua atual e reconhecida função de cuidar e educar, não podem mais deixar de receber crianças que apresentam necessidades especiais, a partir de zero ano, oferecendo-lhes cuidados diários que favoreçam sua estimulação precoce. A escola comum é o ambiente mais adequado para se garantir o relacionamento dos alunos com ou sem deficiência e de mesma idade cronológica, a quebra de qualquer ação discriminatória e todo tipo de interação que possa beneficiar o desenvolvimento cognitivo, social, motor, afetivo dos alunos, em geral.

Nessa nova perspectiva, a educação inclusiva assume as funções: social, cultural e política, garantindo dessa forma, além das necessidades básicas (afetivas, físicas e cognitivas) essenciais ao processo de desenvolvimento e aprendizagem, a construção do conhecimento de forma significativa, por meio das interações que estabelece com o meio. Essa escola promove a oportunidade de forma aberta, flexível e acolhedora. Os benefícios da educação inclusiva são recíprocos. A criança tem o estímulo de superar o desafio da execução das tarefas comuns. E o aluno sem deficiências aprende a aceitar o diferente e a atender que há limite para tudo, até mesmo para ele próprio.

Incluir é indispensável, principalmente para melhorar as condições da educação, de modo que na escola possam formar futuros cidadãos mais preparados para viver a vida na sua totalidade, livremente, sem preconceitos, sem barreiras. Não podemos atenuar a situação, devemos buscar soluções, pois o nosso compromisso com o resgate de uma vida escolar de forma a evitar a marginalização e a evasão, a criança estigmatizada é tão grande quanto a paz que carregaremos em nossas consciências. É necessário compreender que a inclusão consiste em reverter a forma de pensar nestas crianças como os "coitadinhos", e mostrar que a responsabilidade de incluir é de todos nós, membros da comunidade destas crianças. Não é só uma questão de recursos técnicos, mas principalmente na mudança de atitudes de toda a comunidade.

CAPITULO III

Neste capítulo o estudo refere-se à exibição e análise do que é a intervenção psicopedagógica e a importância de aplicá-la através do lúdico, com jogos e brincadeiras, quando o foco do atendimento são crianças de 0 a 6 anos, no sentido de dinamizar analisar de modo reflexivo crítico como se dá estes elementos psicopedagógicos.

3.1 INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Historicamente, o professor comum e o professor especializado trabalharam separadamente em virtude do modelo segregativo destinado aos alunos com deficiência, de forma que um trabalho colaborativo não faz parte da nossa experiência profissional. No entanto, a literatura tem apontado a colaboração como um meio eficaz para construção de escolas inclusivas. O desafio posto é criar modelos de colaboração em que o professor comum, com sua experiência na tarefa de ensinar e no manejo da classe, e o professor especializado, com experiência nas especificidades relacionadas às deficiências, una esses saberes em prol do desenvolvimento e aprendizagem de todos os alunos.

O trabalho de colaboração não se destina apenas a favorecer aos alunos com deficiência, mas beneficia a todos os alunos.

Construir uma prática flexível capaz de atender as diferenças individuais e oportunizar outras formas de aprendizagem a todos os alunos promove um ambiente educacional democrático e justo, além de promover a prática reflexiva do professor, elemento indispensável para o novo paradigma que a educação inclusiva aponta. A prática colaborativa requer alteração na estrutura da escola de forma a modificar uma cultura de trabalho isolado entre os professores.

Esta gestão pedagógica compreende em um trabalho em conjunto com o professor, de modo a oferecer e a orientar estratégias a esse profissional, com a finalidade de manter uma melhor qualidade pedagógica. E para manter a qualidade se faz necessário desenvolver juntamente com o professor instrumentos que possibilitem tanto uma adequada avaliação dos alunos, assim como instrumentos que permitam ao professor ter a resposta pedagogicamente mais adequada na sala de aulas.

Para uma melhor abordagem do assunto é fundamental que fique claro para o educador ou profissional da área, a imprescindível observação de forma profunda, enxergando toda singularidade do aluno e assim, direcionando para o processo a ser utilizado, jogos e brinquedos que se adaptem perfeitamente ao mesmo.

É necessário ter e/ou programar um espaço físico e temporal, para que as brincadeiras aconteçam, assim como há diferenças no desenvolvimento da capacidade de brincar das crianças decorrentes da disponibilidade e qualidade de materiais lúdicos que são oferecidos a elas. O corpo docente da educação infantil necessita estar consciente da necessidade do espaço/ambiente, e conhecer a importância da atividade lúdica para a aprendizagem e desenvolvimento das crianças.

É importante, na prática, desenvolver fichas de observação para o professor, para que o mesmo possa fazer seu registro sobre a evolução pedagógica de seus alunos, de modo que possa começar a perceber as necessidades de cada um, e a partir daí, discutir sobre as estratégias mais adequadas para responder a tais necessidades que o professor pode observar através das fichas.

A Psicopedagogia pode cooperar com o trabalho realizado na Educação Infantil, principalmente na prevenção de futuros problemas de aprendizagem, oferecendo meios para que seja melhor trabalhado o desenvolvimento infantil, podendo assim:

* Apontar direções para o planejamento de atividades a serem realizadas com as crianças;

* Sinalizar eventuais dificuldades que as crianças dessa faixa etária possam apresentar;

* Realizar um trabalho que possibilite ao aluno desenvolver as funções cognitivas necessárias para que assim melhore em seu desempenho na escola.

* Trabalhar em conjunto com o professor, de modo a oferecer e a orientar estratégias a esse profissional, com a finalidade de manter uma melhor qualidade pedagógica.

* Desenvolver juntamente com o professor instrumentos que possibilitem tanto uma adequada avaliação dos alunos na educação infantil, assim como instrumentos que permitam ao professor ter a resposta pedagogicamente mais adequada na sala de aulas;

O trabalho lúdico busca propiciar situações concretas que ajudam as crianças a superar suas próprias dificuldades, quer sejam de memória, atenção, observação, raciocínio ou outras, brincando. Este trabalho estimula sentimentos espontâneos contribuindo para a desinibição, favorecendo a construção da confiança e segurança dos alunos na construção do conhecimento. No processo de ensino-aprendizagem o brinquedo ou jogo apresentado ao aluno, pode passar de um objeto concreto apresentado pelo professor para um objeto construído pelo aluno. Porém é fundamental que o professor perceba em que contexto simbólico ou imaginário o objeto do aluno se encontra inserido.

O psicopedagogo utilizará para essa faixa etária tanto no diagnóstico como na intervenção psicopedagógica as brincadeiras. É importante salientar que a brincadeira é a atividade privilegiada da infância. Ela contribuirá tanto na constituição psíquica como no seu processo de desenvolvimento, de aprendizagem e de socialização. Os educadores que se dedicam ao ensino infantil devem ter isso em mente e privilegiar também essa atividade na proposta de tarefas.

O brincar é o primeiro experimentar do mundo que a criança tem, pois através do brincar desenvolvem-se capacidades importantes como a memória, a atenção, a imitação a imaginação, ou seja, o brincar não é uma perda de tempo, nem mesmo um desperdício, pois muito pelo contrário, o BRINCAR vai muito mais além, pois envolve um conjunto de fatores que ajudam no desenvolvimento da linguagem, moral, emocional, afetivo e físico. Ao brincar, a criança passa a ter condições de explorar e refletir sobre a realidade e a cultura na qual está inserida, podendo assim interiorizar, e assim começar a se questionar sobre as regras e papéis sociais. O brincar proporciona o desenvolvimento, a criança aprende a conhecer, fazer, conviver e, sobretudo aprende a ser.

3.2. O LÚDICO NA INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA COM CRIANÇAS PEQUENAS

A aprendizagem do educando é compreendida multidisciplinarmente, abrangendo as implicações, e componentes dos vários eixos de sua estruturação orgânica como: afetivo, cognitivo, motores, sociais, econômicos e políti-

cos. Partindo desse pressuposto verifica-se que o psicopedagogo pode utilizar do lúdico como possibilidade de trabalho, de intervenção psicopedagógica, e diagnóstica no tratamento das dificuldades apresentadas pelas crianças em seu desenvolvimento cognitivo.

A atividade lúdica como instrumento de investigação permite ao educando expressar-se livre e prazerosamente. Nesse contexto as atividades lúdicas são utilizadas, pois, fazem com que as crianças revelem aspectos que não aparecem em situações mais formais.

Com a imaginação, apresentação, simulação, as atividades com jogos são consideradas como estratégia didática, facilitadora da aprendizagem, quando as situações são planejadas e orientadas por profissional, visando aprender, isto é, proporcionar à criança a construção de conhecimento ou desenvolvimento de alguma habilidade. Neste ângulo, o trabalho do psicopedagogo se completa com a relação entre o sujeito, sua historia pessoal e a sua modalidade de aprendizagem. Enfatizando os processos didáticos e metodológicos, com todos profissionais nela inseridos (VYGOTSKY, 1994).

3.3. A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS ATRAVÉS DO BRINCAR

A criança quando brinca, elabora inúmeras hipóteses para resolver seus problemas, e, muitas vezes, tem atitudes além do comportamento cabível a sua idade, pelo simples e complexo fato de sempre buscar maneiras de mudar e transformar a realidade. Seus desejos e vontades podem se realizar inúmeras vezes, o quanto desejarem, de modo que criam situações para que possam satisfazer suas vontades.

> "Todos conhecemos o grande papel que nos jogos da criança desempenha a imitação, com muita frequência estes jogos são apenas um eco de que as crianças viram e escutaram dos adultos; não obstantes estes elementos da sua experiência anterior nunca se reproduzem no jogo de forma absolutamente igual e como acontecem na realidade. O jogo da criança não é uma recordação simples do vivido, mas sim a transformação criadora das impressões para a formação de uma nova realidade que responda as exigências e inclinações da própria criança". (Vigotsky, 1998, p.12)

O lúdico e a Psicopedagogia, contribuem para uma escuta do que realmente esta acontecendo em cada momento com a criança, considerando as necessidades específicas de cada indivíduo, sem esquemas generalizadores, pois o sistema simbólico e imaginário de cada pessoa é único. Assim o objeto não é estático e sendo dinâmico ele se altera em função simbólica e imaginária de cada indivíduo.

Em se tratando de crianças com necessidades educativas especiais, por apresentarem algumas características específicas, como dificuldades de expressão oral ou motora, é preciso que seja estimulada com a supervisão de um adulto, e também precisa de atenção, orientação, conhecimento e atividades de lazer como qualquer outra criança.

A brincadeira simbólica é ponte entre a realidade e a fantasia, entre o eu e o outro, entre o consciente e o inconsciente, próximos do sonho oferecendo condições à criança de representar situações carregadas de afeto, emoção e de se aproximar de forma mais criativa de conteúdos angustiantes, afirmando ainda que:

> Com a brincadeira há possibilidade também de viver os medos e as tensões do outro, de intervir papéis e, portanto, de compreender melhor as relações vividas (OLIVEIRA, 2000: 33/34)

O incentivo para que a criança especial manuseie brinquedos é fundamental. Nunca espere que uma criança especial faça isso sozinha, ajude-a. Sobretudo, não exija da criança especial atuação incompatível com a sua realidade e maturidade. Muitos pais e educadores sabem que os brinquedos são facilitadores do processo ensino-aprendizagem, mas precisam conhecer vários tipos de brinquedos, suas alternativas de exploração e suas especificidades.

Segundo VYGOTSKY (1994), o papel do brinquedo refere-se à brincadeira de "faz- de- conta", que seria brincar de casinha, de escolhinha, ele faz referência a outros tipos de brinquedos, porém a brincadeira de "faz-de- conta" é que discute o papel do brinquedo no desenvolvimento.

> "Mas além de ser uma situação imaginária, o brinquedo é também uma atividade regida por regras. Mesmo no universo do "faz- de- conta" há regras que devem ser seguidas. Numa brincadeira de "escolhinha", por exemplo, tem que haver alunos e uma professora, e as atividades a serem desenvolvidas têm uma correspondência pré-estabelecida com aqueles que ocorrem numa escola real. Não é qualquer comportamento, portanto, que é aceitável no âmbito de uma dada brincadeira". VYGOTSKY (1998).

O autor ainda afirma que o brinquedo é um estímulo ao seu desenvolvimento físico e mental.

Então, o brinquedo e os jogos contribuem definitivamente no processo de socialização, desenvolvendo na criança especial a expressão e a comunicação verbal, podendo ainda responder às pretensões da sua qualidade de vida, podendo fazer com que a mesma participe prontamente dos processos da aprendizagem de maneira feliz, divertida e muito prazerosa.

A criança precisa de desafios para sentir-se estimulada, assim como êxito na exploração do brinquedo. O que

vale é que o pequeno se sinta valorizado pela conquista, seja montar um bloco ou apertar um botão. À medida do possível, as crianças devem ser expostas às experiências e brincadeiras naturais da idade.

O importante é ter sempre pessoas preparadas para facilitar e mediar a interação. Estratégias como texturizar, sonorizar ou iluminar móbiles, chocalhos e demais acessórios possibilitam que o objeto seja mais bem percebido e interessante.

A música, o canto e a representação de histórias são indicados para qualquer criança, inclusive as com limitações graves no leito. Cabe abusar de máscaras, fantasias, bonecos e super-heróis, são boas alternativas aos distúrbios comportamentais em crianças pequenas.

Para estimular a percepção visual, vale lançar mão de lanternas, purpurina e laminados. Os rostos de brinquedos com muitos detalhes e cores contrastantes ajudam a organizar esquemas visuais. Utilizar os demais sentidos na brincadeira como a audição e o tato é fundamental.

As crianças com limitações motoras devem ter seu acesso facilitado a diversos ambientes e posições que possibilitem a exploração. No caso das limitações auditivas, as brincadeiras corporais são as mais indicadas. Jogos de percussão são interessantes, pois possibilitam perceber a vibração do som e ampliar a sensibilidade.

> "Na estrutura dos jogos e brincadeiras simbólicos, os aspectos fundamentais dos jogos e brincadeiras de exercício estão presentes como parte, como elemento, porque quando uma criança brinca de boneca, simula sua casa: brincando com bonecas exercita papéis sociais, transforma as coisas, exercitando-as. Ou seja, no jogo e na brincadeira simbólica há exercício, prazer funcional, repetição" MACEDO (1995, p. 09).

Para colocar as intervenções em prática é necessário que se saiba as necessidades e incentivos para cada criança, e sabermos o seu avanço de um estágio para o outro, sempre registrando, pois todo avanço está conectado com uma mudança acentuada nas motivações, tendências e incentivos.

Temos que estar atentos a certas necessidades da criança com relação ao brinquedo, pois não podemos conceber que o brinquedo seja só uma forma de atividade.

O brinquedo assume a função lúdica enquanto propicia diversão e prazer, e quanto a sua função educativa, o brinquedo produz a apreensão do mundo, completando o sujeito em seu saber e conhecimento.

> "Construindo, transformando e destruindo a criança expressa seu imaginário, seus problemas e permite aos terapeutas o diagnóstico de dificuldades de adaptação, bem como a educadores o estímulo da imaginação infantil e o desenvolvimento afetivo e intelectual" KISHIMOTO (1996)."

CONCLUSÃO

Através do presente trabalho, conclui-se que as crianças com deficiências físicas ou intelectuais que estão matriculados na educação infantil, mostram que a inclusão educacional não vem acontecendo de forma que gostaríamos, a contribuir significativamente para seu o desenvolvimento ainda temos muito que aprender sobre o assunto. Mesmo no atual contexto, em que o papel da educação dos indivíduos e das sociedades amplia-se ainda mais, e aponta para a necessidade de se construir uma escola inclusiva, voltada para a formação de cidadãos responsáveis e participativos.

O desafio proposto para uma escola inclusiva é o de desenvolver do ponto de vista pedagógico um currículo que contemple as necessidades especiais do educando, sendo capaz de educar com sucesso todos que nela estão inseridos, discutir a inclusão dos alunos com necessidades especiais em escolas de educação infantil regulares que se encontram preparadas para receber estas crianças.

A educação infantil deve estar voltada para os princípios da inclusão, garantindo a criança, desde o inicio de sua escolarização, as condições básicas para seu ingresso e percurso na educação.

A escola precisa assumir seu papel no processo de inclusão, buscando realizar as transformações necessárias, desde as adaptações arquitetônicas, curriculares, capacitação de professores e mudanças didáticas, pedagógicas, metodológicas que possam aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem das crianças com deficiências na educação infantil.

A inclusão escolar é uma necessidade real e pontual para possíveis mudanças, em consonância com a modernização e o aperfeiçoamento das práticas educativas, tornando-se consequência natural de todos, em espaço de atualização das condições de ensino, com comprometimento, pois não se trata de um privilégio, mas sim um direito que deve ser respeitado. Há muito ainda a ser feito para que possa caracterizar um sistema apto a oferecer oportunidades educacionais a seus alunos de acordo com as especificidades de cada um, para que de fato ocorra a inclusão e educação mais humana e igualitária. É notório de que ainda estamos num grande processo para conquistar uma educação verdadeiramente de qualidade para todos. Cabe a cada um de nós cumprirmos a nossa parte e um pouquinho mais, como cidadão e a cima de tudo cobrar das autoridades competentes suas responsabilidades e deveres.

No estudo pode-se comprovar as contribuições do lúdico na intervenção psicopedagógica, apresentando novos caminhos a trilhar, e que asseguram o sucesso do educando no processo de construção do conhecimento. O maior desafio como psicopedagoga é construir com o educando sua reintegração à vida escolar, e no seu dia a dia, construir possibilidades que despertem o seu interesse prevenindo possíveis problemas e recuperando seu aprendizado.